

da cidade do Rio de Janeiro terá um orçamento ainda menor do que em 2017. Mesmo assim, a secretária municipal de Cultura, Nilcemar Nogueira, confirmou a intenção de criar o Museu da Escravidão e da Liberdade. Em entrevista para *O Globo*, em janeiro deste ano, ela afirmou que não se trata de um museu tradicional, mas de um museu de território que vai ter como tema a desigualdade social. O novo museu deve ocupar o prédio das docas Pedro II, em frente ao Valongo. Ainda segundo a secretária, a ideia é que o IPN seja “abraçado nessa história”. Sem saber como pagaria as contas do mês de fevereiro, Ana Maria Guimarães disse que não recebeu nenhum tipo de informação oficial por parte da Secretaria de Cultura. “Enquanto ela faz esse tipo de afirmação, nós estamos morrendo”, disse.

Para evitar o encerramento de suas atividades, Guimarães criou a campanha “IPN Resiste” por meio da qual pede doações pelas redes sociais e tenta chamar atenção para a luta do IPN para se manter funcionando. “O IPN tem por direito verba de custeio. É dever do Estado o reconhecimento do crime da escravidão. Manter o local aberto é parte da reparação para os que escaparam da escravidão morrendo”.

Chris Bueno

URBANISMO

Novos atores na humanização de cidades

Cidade é uma aglomeração humana multifacetada, povoada por uma multiplicidade de pessoas que se manifestam por meio de diferentes linguagens, formas e atividades. O arquiteto argentino Jorge Enrique Hardoy, em artigo publicado na revista *Problemas del Desarrollo* (vol.9, nº 34, 1978), aponta que cada geração constrói cidades em função de seus níveis de conhecimento e possibilidades e como reflexo da estrutura da sociedade e seus valores. Portanto, o conceito de cidade é dinâmico e evolui com o tempo e o lugar, estando condicionado pelo ambiente, pela estrutura socioeconômica e pelo

nível tecnológico da sociedade à qual pertence o observador.

François Ascher, urbanista e sociólogo francês (1946-2009), é autor de uma obra considerada fundamental no debate sobre as metamorfoses daquilo a que ainda chamamos cidade. Em seu livro *Os novos princípios do urbanismo*, traduzido no Brasil em 2010, Ascher afirma que as transformações da nossa sociedade, e especialmente das cidades, estão apenas começando. Segundo ele, vivemos a terceira revolução urbana moderna que se caracteriza por cinco evoluções: a metapolização (as cidades mudam de escala e de forma e sur-

Reprodução



Praça do Coco, no distrito de Barão Geraldo em Campinas (SP), é arborizada e conta com quiosque de comidas naturais; nela ocorrem inúmeras atividades que promovem um desenvolvimento sustentável



Reprodução



Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, é referência para skatistas, por ser plana e toda em concreto, e é endereço de casas tradicionais de teatro

gem grandes aglomerações urbanas, distendidas e descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas), a transformação do sistema de mobilidade urbana (a cidade se move e se comunica), a formação dos espaços individuais (cidadãos se esforçam cada vez mais para controlar individualmente seu espaço e seu tempo), a redefinição das relações entre interesses individuais e coletivos (os vínculos sociais são mais frágeis, menos estáveis porém mais numerosos e mais variados e conectados), e os riscos (preocupação crescente com a segurança física, econômica, social e familiar), que resultam de incertezas de toda ordem.

No Brasil, o livro de Ascher foi traduzido por Nadia Somekh, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie. Na apresentação do livro ela afirma que nas cidades brasileiras, apesar de existirem planos e leis, a legislação exclui a maioria da população: “nossas cidades não previram a localiza-

ção dos pobres, que informalmente ocupam áreas de risco, de proteção ambiental, de preços fundiários depreciados, com a anuência velada das autoridades governamentais”. Um dos caminhos para amenizar os efeitos dessas relações desiguais é por meio do engajamento comunitário.

HUMANIZAÇÃO O enfrentamento desses desafios fez com que novos conceitos, como espaço coletivo e engajamento social, entrassem no cotidiano das discussões sobre humanização e melhoria das condições de vida nas grandes metrópoles. A criação e ocupação de espaços públicos são uma forma de resistência ao individualismo das grandes cidades. O foco é o plural, o encontro entre pessoas, a busca por atitudes e ações coletivas sustentáveis que beneficiem o maior número de cidadãos. Nesse sentido, a praça Irmã Carmela Stecchi, mais conhecida como praça do Coco, no distrito de Barão Geraldo, em Campinas (SP), e a praça

Roosevelt, no centro da cidade de São Paulo são bons exemplos. Esses lugares foram alvo de reformas nas duas últimas décadas, com consequências evidentes tanto para a sociabilidade e ressignificação enquanto espaços públicos, quanto para suas funções sociais e culturais. A trajetória das duas praças se assemelha no engajamento de seus frequentadores, na proteção pelos moradores que as circundam e, principalmente, pelos atrativos culturais.

A praça Roosevelt, que ao longo do tempo abrigou casas noturnas e a sede de importantes grupos de teatro paulistanos, como Os Satyros e o Parlapatões, é reconhecida pelo seu apelo cultural, em especial pelas atividades ligadas ao teatro. Na praça do Coco, pai e filho, Valdir e Vagner dos Santos, se norteiam pelos princípios do desenvolvimento sustentável para resgatar e preservar a história do distrito de Barão Geraldo. Vários são os agentes públicos e privados que concorrem para sua manutenção.



Nos dois casos, percebe-se uma motivação comum para realização das mudanças e, em certo sentido, ultrapassar os entraves colocados pelo poder público, ao transformar as adversidades e preservar os espaços públicos, transformando-os em lugares no sentido antropológico.

Essa foi a motivação de um movimento recente, também na cidade de São Paulo, batizado de “A Batata precisa de você”, idealizado pela arquiteta Laura Cabral. Formado por moradores e frequentadores do largo da Batata, no distrito de Pinheiros, desde 2014 o movimento vem fazendo ações de ocupação do largo. Conforme descrito no texto do site do movimento, os objetivos são fortalecer a relação afetiva da população local; evidenciar o potencial de um espaço hoje ainda árido como local de convivência; testar possibilidades de ocupação e reivindicar infraestrutura permanente que melhore a qualidade do largo como espaço público. “É um exercício de democracia em escala local, um movimento de cidadania e concretização social e urbana”.

PARCERIAS Na Constituição Federal de 1988, incorporou-se pela primeira vez no Brasil um capítulo específico sobre política urbana (capítulo II, título VII). Nele consta ser de responsabilidade do poder público municipal a execução da política de desenvolvimento urbano, articulando-se às ações promovidas pelo

governo federal. Mas um grande entrave para um planejamento urbano, de médio e longo prazos, são os recursos financeiros disponíveis. No Brasil, pouquíssimas cidades conseguem gerar receita própria e muitas dependem de recursos do governo federal que, face às crises atuais, estão cada vez mais escassos. Objetivos como diminuir as desigualdades sociais, reestruturar a mobilidade urbana e promover a sustentabilidade têm sido apontados em planos estratégicos, já elaborados ou em elaboração, de cidades como São Paulo (SP), Salvador (BA) e Sinop (MT). Mas garantir a sobrevivência de um planejamento urbano de longo prazo não é tarefa fácil no Brasil. E um dos principais entraves é que não se tem ainda, no Brasil, uma cultura de continuidade da gestão pública: muda o prefeito, muda o planejamento urbano.

Ainda assim algumas prefeituras têm conseguido implantar projetos de médio prazo, contando com apoio da iniciativa privada e de organizações não governamentais (ONGs). Um exemplo é a ação do World Resources Institute (WRI) que atua no momento em 18 cidades brasileiras. Nívea Oppermann, diretora de desenvolvimento urbano da WRI Brasil e professora de planejamento urbano da Unisinos, aponta que o foco dos projetos está voltado para cidades médias e grandes: “Temos várias frentes de trabalho em planejamento

metropolitano e urbano, transporte coletivo, transportes ativos, segurança viária, DOTS (desenvolvimento orientado ao transporte sustentável), qualidade do ar, eficiência energética, financiamento urbano, governança e resiliência”, explica. Em São Paulo e em Fortaleza estão sendo feitas inúmeras intervenções para ampliar a segurança viária e promover maior integração das pessoas ao espaço público. Também estão sendo feitas discussões com grupos de mulheres para qualificar a questão de gênero no transporte coletivo em São Paulo.

Arquiteta de formação, Oppermann destaca o projeto Ruas Completas, uma parceria da WRI Brasil com a Frente Nacional de Prefeitos, que está colaborando com 11 cidades para aumentar o espaço de pedestres e ciclistas nas vias públicas. Segundo ela, em vários projetos ocorre a participação da comunidade local, “porque entendemos que diversos atores precisam dar sua contribuição para que as soluções atendam o interesse do maior número de pessoas”.

As cidades estão em constante transformação por causa das pessoas que ali vivem, que a frequentam. Muitos são os exemplos que mostram que é possível romper com a barreira do desencantamento, desde que o foco da mudança esteja nas pessoas e não exclusivamente em fins lucrativos.

Alice Wassall e Leonor Assad